

# "FERNANDO HENRIQUE NAS VEREDAS DO GRANDE SERTÃO"\*

Enéas Costa de Souza\*\*

IB-00002829-5

*"Chorei pelas gentes perdidas de loucura e de orgulho. Depois, por minhas visões, por meus gestos. E, finalmente, por nós dois."*

Cecília Meireles

Será que o Brasil chegou ao fundo do fundo? É só o que se fala, o que se diz, quando se discute. Fernando Henrique como Ministro da Fazenda. Todo mundo sugere que é a última esperança e que, depois dele, se as coisas não derem certo, ninguém sabe: caos, golpe, etc. Há uma aparente unanimidade em torno de sua figura. Na verdade, o que Fernando fez, e em política isto é importante, armou **uma superfície** favorável; embora, no **subterrâneo**, no profundo, fervilhem quantidades de lavas prontas a explodir. Mas a política tem mesmo esse sabor, existe como arte de enlaçar apoios em cima de um vulcão de paixões.

Quando o Ministro foi nomeado, duas opiniões emergiram: a primeira, "é um estadista"; a segunda, "vai dar certo, se Itamar deixar". Mais tarde, surgiu uma terceira, por ocasião de seu Programa de Ação Imediata, que era um alerta: "vai trombar com o Congresso e os políticos". Dessa forma, armou-se o primeiro quadro que a estratégia propôs. E é a partir dela que precisamos definir **de que lugar Fernando Henrique age, de onde saem as suas ações. E para onde vai.**

## 1 - Fernando Henrique, o paradigma mecânico-eletrônico e o cassino de Keynes

### 1.1 - A herança do Estado falido

A primeira e, desde logo, realista postura de Fernando Henrique Cardoso fica por conta de que o ponto de partida de qualquer política econômica hoje **deve ser a proposição de que o Estado nacional está em ruínas**. Sim, para quem freqüente e

\* Este artigo está dedicado à memória do querido amigo Joaquim: de nome completo, Joaquim José Felizardo, que amava, com ironia e coragem, a política, o magistério e a amizade

\*\* Economista da FEE

conhece os labirintos da Administração Federal — seus ministérios, seus órgãos, etc. —, a realidade visível não pode ser outra, um desarranjo completo. Falta tudo: organicidade, planejamento estratégico, qualidade, treinamento, funcionários competentes, material, equipamentos, documentos, etc. Mas não é dessa máquina em desdita que estamos falando. Essa situação é consequência, não se pode dizer do fruto sem sabermos das árvores. E o que se constata — e já se constatou há muito tempo — é que o Estado desenvolvimentista faleceu e desmoronou. Mas, se historicamente deixar de existir, socialmente tem que ser enterrado. E aí é que vai um longo e tenebroso processo, onde as lutas exalam conflitos, dor e destruição. E nem sempre as sociedades avançam; os embaraços internos podem levá-las ao auto-estrangulamento, ao recuo, ao retrocesso, dado o nível de hostilidade e de igualdade dos grupos adversos. Dessa forma, a sabedoria de Fernando Henrique começa por uma face inquestionável: pela aceitação do Real, já que o Real é o que insiste.

E ele insiste no seguinte: acabou o Estado que liderava os capitais, que definia um projeto (como J.K., "50 anos em 5", por exemplo), que estabelecia uma política econômica ampla. Acabou o Estado que usava bancos estatais e agências de financiamento federais e estaduais, que criava empresas públicas de produção e que constituía vários órgãos, até ministérios. Acabou o Estado que, ao longo de meio século, empregava **mais a ditadura do que a democracia, para desenvolver a economia de mercado**. Acabou o Estado que associava capitais internacionais, nacionais e estatais em precário equilíbrio.

E Fernando Henrique sabe disso: a massa falida veio junto com a herança ministerial. E sabe também que esse Estado não pode ser reconstruído. A História deslocou-se. E, no deslizamento fatal, a rachadura do prédio ficou irremediável. Sabe também que não apenas a História brasileira se alterou, mas igualmente a História do Mundo, e que o quase infável capitalismo, novamente revolucionário<sup>1</sup>, assume agora um novo rosto, uma nova pele, serpente renovadora que é. O que se faz processo hoje chama-se mundialização da economia.

## 1.2 - Efeitos da mundialização e do paradigma mecânico-eletrônico

O Ministro tem que levar essa nova fase em consideração. E quais as características básicas desse novo momento? A constatação evidente, exuberante, acachapante é a forma como os grandes capitais internacionais, junto com seus múltiplos governos, vão estabelecendo novas estruturas e novas tendências. Estas, ao se tomarem objetivas e autônomas, montam novos circuitos, novos mecanismos, novas realidades, que vão se impondo, como uma correnteza inexorável, aos demais países e aos demais capitais, e, obviamente, a todas as populações do Mundo inteiro. Se não,

<sup>1</sup> Capitalismo revolucionário significa a capacidade que tem esse sistema de efetuar uma "destruição criadora" ou seja, substituir toda uma forma de produção por outra. Uma revolução capitalista é isso: não estacionar numa forma produtiva. Na verdade, teríamos que ampliar essa significação e dizer que aqui estamos falando do desenvolvimento do capitalismo, que se transforma por completo, periodicamente. Transforma o quê? As relações sociais de produção, que modernamente envolvem as relações produtivas e financeiras que estão nelas implicadas.

vejamos: os capitais que atuam na órbita produtiva, ao mundializarem a economia e não necessariamente os mercados, exigem uma competição formidavelmente internacional. A proposição ideológica básica, a liberdade de mercado, segue apenas a tendência da globalização empresarial, que pode discriminar mercados momentaneamente para alcançar montantes de lucratividade ascendentes. Mas a tendência, a médio e longo prazos, permanece incoercível: mundialização das estruturas econômicas. E, com isso, a exigência de produtividade e rentabilidade dá-se a nível planetário. Assim, mesmo em economias que foram e ainda são fechadas, como a brasileira, não há como resistir, trata-se de alcançar a competitividade que a mundialização requer. E a competitividade, nos dias que correm, está regida pela realidade tecnológica, onde a mudança de paradigma produtivo, do eletromecânico para o mecânico-eletrônico, transforma tudo. Dessa maneira, o complexo eletrônico, com prioridade para a microeletrônica, vai remodelando as empresas, as fábricas, o processo de trabalho, os equipamentos, etc. E, junto com ele, outras tecnologias (mecânica de precisão, química fina, cerâmica, etc.) vêm compor a renovação estrutural imprescindível a esta Terceira Revolução Industrial.

Bem, pois é todo esse impacto, toda essa condição, que atinge agora o Brasil. E bate em nós, fortemente. Atento, Fernando Henrique pode percebê-la. Qual o calibre dessas mudanças? Em primeiro lugar, a realidade mundial força a abertura do comércio externo; em segundo lugar, ameaça a competitividade brasileira, pela questão tecnológica; em terceiro lugar, a globalização põe as empresas internacionais numa outra dimensão de poder nas questões as mais diversas, inclusive financeira; em quarto lugar, a disparidade empresarial e tecnológica das multinacionais impede associações e fusões expressivas; em quinto lugar, as firmas nacionais, para terem chances de competição, teriam que se multinacionalizarem (e isso está muito longe de ser realista). E há um sexto ponto que focaliza a ruptura das estruturas produtivas nacionais. Os mercados nativos engancham-se em estruturas novas, que, se ainda não são mundiais, superam em muito, extravasam, o âmbito das nações, chegando à constituição de blocos supranacionais, como o da Europa, o NAFTA, etc.

A História tem o seu riso particular, a sua ironia fina. E a grande crise brasileira que Fernando Henrique sente e percebe passa por uma realidade outra do que aquela de 1964. Nessa data decisiva para o capitalismo no Brasil, quase todos os setores da sociedade — o capital industrial, o capital bancário, o capital comercial, o capital agrário, os proprietários de terras e mais a classe média — se reuniram politicamente ao capital estrangeiro, para produzir uma grande reformulação na estrutura da sociedade e da economia nacional. A história é conhecida. Podemos até seguir o movimento da capitalização: começou-se com uma associação do capital nacional e do internacional, até chegar, na época de Geisel, ao modelo tripartite. Além daqueles dois, constituiu-se o capital estatal. Agora, quase 30 anos mais tarde, a realidade é diferente. Antes, o capital internacional tinha interesse em se aliar. Representava a ampliação das fronteiras internas do capitalismo. O que significava, de modo soberbo, impedir o avanço da área de influência do socialismo. Dado que, economicamente, o paradigma industrial já estava estabelecido há muito tempo, o que importava era expandir o capital por todas as faces da terra. Criar um mais vasto ambiente de capitalismo nacional, junto com um estilo de vida como elemento básico de suas vendas. Por isso, a vanguarda da expansão mundial foi a indústria automobilística.

Agora, hoje, as grandes empresas estão apenas no início das novas trajetórias tecnológicas. O espaço a conquistar é quase só delas. Então, é preciso concluir: se em 1964 a expansão do capitalismo passava por uma aliança entre o capital internacional

e o capital nacional, hoje **não há mais interesse por parte do capital estrangeiro nessa união**, nesse conúbio. O que este quer é ampliação de mercado, a fixação de posições, a eliminação de concorrentes e o retorno da exportação de mercadorias. O caráter subordinado do capital nacional fica evidente e abusivamente nítido. E Fernando Henrique sabe disso. E sabe do medo, da indecisão, da hesitação dos capitais nacionais diante desses fenômenos.

O que se pode perceber é que, além do Estado em ruínas, **o espaço produtivo nacional tende a se dissolver** lenta, mas progressiva e firmemente. Para o nosso problema, a coisa torna-se complicada: pois, com os mercados nacionais e a estrutura produtiva à beira de transformações irreversíveis, ameaçadoras, as grandes empresas brasileiras — associadas com diversos capitais internacionais — sentem, fantasmática e realmente, o chão bascular e sumir. O que quer dizer também: ficam sem opções políticas. Está aí, escandalosamente visível, a gênese da falta de projeto político para o Brasil. Gênese que se desdobra, posteriormente, para o próprio espaço partidário e para as disputas presidenciais.

### 1.3 - Efeitos da mundialização e do cassino de Keynes

Assim, Fernando Henrique chega ao poder como, desde Funaro, os Ministros da Fazenda chegaram: sitiados pela área produtiva internacional e sem um projeto para a Nação vindo da base. Se fossem só essas questões, postas pela produção, já seriam muitas. Mas há mais problemas, principalmente porque, nesse século, o capitalismo alterou profundamente a sua forma de valorização, **passou-se para uma predominância financeira sobre a produtiva**. Keynes já nos mostrara isso desde os anos 30. E a História só serviu para confirmar.

Dessa maneira, o capitalismo tomou outro rumo, e a definição da economia passou a ser imediata, com valorizações diárias, pois a taxa de juros permite que a acumulação se verifique **quantitativamente** todos os dias. Sem procurar fazer uma demonstração teórica, cabe salientar a passagem de uma lei do valor trabalho para uma lei do valor financeiro. Lei que requer, a cada nova aurora, um reposicionamento patrimonial das empresas, uma vez que todos os ativos sofreram alterações, uns em relação aos outros, dadas as valorações fictícias ocorridas, especulativamente, nos mercados financeiros. A partir daí, sabemos que o capitalismo hoje é tanto **instável** como **instantâneo**, pois mesmo a tecnologia é um ativo financeiro (de alto risco, com alto custo de manutenção, com liquidez duvidosa e prazo de maturação imprevisível) e submetido ao jogo de reavaliações cotidianas. Portanto, o capital funciona, empresarialmente, como uma grande carteira de aplicações, um verdadeiro *portfolio*. Tudo é ativo, posto a render, desde fábricas e mercadorias até moedas e títulos públicos, sem esquecer papéis privados e tecnologias (como não esquecemos, falando delas acima). É por isso que podemos escrever: **comandando o novo paradigma mecânico-eletrônico está o insuperável cassino de Keynes**<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Falamos de cassino de Keynes, na medida em que, revelando a face especulativa da economia moderna, ele nos dizia que o capitalismo é um cassino.

Para movimentar esse enorme carrossel, essa imensa roleta que está no centro do teatro das finanças, o capital fez-se internacional nos seus créditos e nas suas aplicações financeiras, unificando, através da informatização (veja-se a importância do complexo eletrônico!), os seus movimentos jornalheiros. Mundializou-se, portanto, e, com isso, foi penetrando no âmago dos Estados. No caso brasileiro, alcançou o cercamento dele através da dívida externa e, em seguida, abriu a indispensável brecha no interior do País, através da dívida interna. Desse modo, o Estado ficou amarrado, e, no mesmo processo, com fúria e ardor, houve a consequência fundamental, a destruição da moeda, causada por um conjunto de fatores, cujo efeito foi o **estilçamento monetário**. O cassino de Keynes, de cuja eficácia e importância muitos chegaram a duvidar, foi a ponta de lança para fazer estourar a autonomia do Estado nacional e sua expressão, a moeda.

#### 1.4 - Inflação, o sintoma combinado

A mudança do paradigma produtivo e os efeitos sobre a estrutura da produção, o triunfo generalizado na economia moderna do cassino de Keynes, trouxeram uma desorganização no Estado brasileiro, que entrou em colapso. Desse conjunto saem os três fatores que hoje constituem a febre inflacionária. O primeiro é o brutal manejo do *markup* pelos grandes capitais produtivos no Brasil (através de uma estrutura oligopolizada, cartelizada, cartorializada), que responde, dado ao relativo fechamento da economia brasileira, com vigorosos aumentos de preços às pressões internas e externas, produtivas e financeiras. O segundo é a selvagem elevação das taxas de juros no mercado interno, que, atendendo às demandas financeiras do Estado (oriundas das duas dívidas faladas acima), desconcerta tanto o setor público quanto o próprio setor privado. O terceiro é o descabelado déficit público. Deste é preciso dizer que se tornou reiterativo, repetitivo e recorrente. E foi causado principalmente pelo endividamento público e alimentado pela estúpida ciranda especulativa (que deu origem ao fantástico enriquecimento bancário, fenômeno que uma revista de propaganda empresarial descreveu, poeticamente, como "o sucesso que incomoda"). Naturalmente o desmantelamento do Estado tornou componentes que não eram problemáticos problemáticos. E, portanto, reanimadores da crise fiscal do Estado e, logo, da inflação, como, por exemplo, a assistência às finanças de estatais, o não-pagamento de dívidas entre o próprio setor público. Transferidos quando são eventuais, absurdos quando permanentes.

Cronologicamente, o rastilho da inflação começou com o *markup* das grandes empresas produtivas (causa permanente da inflação), depois passou para o mercado financeiro e, finalmente, capturou o déficit público. Grande parte dos integrantes da mídia, arauto do círculo empresarial, acabou por ser convencida de que o Estado e o déficit público são as causas da inflação. Ah! *Stultifera navis!* Sem discutir todo o tema, podemos nos fixar nas três causas apresentadas. O que quer dizer, para o ponto que nos interessa, que elas corroboraram o despedaçamento da moeda. A mundialização da economia fechou seu cordão de estrangulamento ajudada por aspectos internos que procuramos salientar: a desorganização estrutural da produção, o movimento especulativo financeiro, a crise fiscal do Estado. Todo esse processo irrompendo na inflação.

## 2 - O horizonte de Fernando Henrique

### 2.1 - A exigência de um novo Estado

Voltemos ao revolucionário capitalismo. Criou ele o seu novo cenário, a mundialização; que, como novo mar — e revoltol! —, trouxe à praia ondas que começaram a derrubar a soberania dos Estados nacionais. Trata-se, não há dúvida, de um processo de longo prazo, e de longo alcance, que mal começou. E que começou com uma diminuição da soberania; pois não dominar a moeda é ter diminuída, então, a sua capacidade de gerir o país, de construir um futuro, de traçar um destino para a nação.

Para prosseguir, gostaríamos de consolidar idéias. Recuperemos, atentamente, o movimento de expansão do capital e o desenvolvimento da economia mundial. Dali se formaram duas pinças, a produção e as finanças. A primeira reformulou a sua estrutura, desnucando aquelas nacionais e criando uma tendência de duração ampla: a formação de estruturas planetárias, passando por blocos supranacionais. E, ao mesmo tempo, como resultado da luta dos capitais, introduziu mudanças tecnológicas profundas, com base num paradigma mecânico-eletrônico. Com isso, forçou a necessidade de uma competição mundializada, com empresas buscando a globalização. A segunda trouxe uma unificação mundial de seus mercados, provocando uma mudança de qualidade no capitalismo, de tal forma que trouxe uma hegemonia financeira na valorização do capital e uma transformação na visão da economia. Ambas as esferas, produção e finanças, atuaram sobre os Estados nacionais e colocaram em xeque as suas soberanias através de uma certa pressão sobre a moeda. No caso brasileiro, essa pressão fez sucumbir a unidade monetária, provocando uma desesperante inflação.

É pertinente salientar que, nesse movimento de metamorfose da sociedade, o movimento do capital provocou dificuldades no controle da moeda também nos países avançados, que precisam, inúmeras vezes, se reunir para definir uma política de juros, por exemplo. No chamado socialismo real e capitalismo de Estado, houve uma explosão do próprio socialismo. É preciso também salientar o caráter instável e instantâneo da atual economia de mercado. Naturalmente, há um longo prazo na economia mundial, e ele está sendo construído nos subterrâneos do cassino. Criar novas tecnologias é dar uma dimensão prospectiva à produção. Apenas com uma ressalva, ela está sendo construída como se fosse um ativo da área das finanças e, portanto, posta em xeque, a qualquer ocasião, pela valorização financeira cotidiana, pela exigência de equacionamento valorativo do patrimônio das empresas.

Obviamente, esse fenômeno ocorre com os grandes conglomerados internacionais. Já para os nossos capitais, mesmo os de porte, e, por conseqüência, isso está inscrito na estrutura brasileira, a competição e seu sentido não dependem deles. A recessão é a demonstração de que uma parte do futuro está em parado, está suspensa, pois não há como construí-lo com as nossas mãos. Com isso, há uma brutal força, imensamente poderosa, que concentra os capitais numa luta prioritariamente pela valorização no instante, principalmente dado o nível inflacionário.

Começamos, então, a traçar com um giz, com um giz mundializante, o lugar, o círculo, de onde Fernando Henrique está a propor a sua estratégia. E as primeiras constatações são nítidas: o Estado está em ruínas, a moeda estilhaçou-se, e a produção

está em *sursis*. E Fernando Henrique sabe disso. Mas a questão faz-se como um tiro numa favela: onde está o longo prazo, onde está o futuro?

Quando se descreve um processo como esse e se mostra a privilegiada ação dos grandes capitais, cabe tentar retirar a inteligência que organiza as suas ações, na verdade, a racionalidade explícita ou implícita, que comanda a sua proposição de política econômica para o Brasil. Escutando os seus diversos representantes, executivos privados ou públicos, retiramos algumas idéias. A primeira, que favorece a área produtiva, é, evidentemente, a abertura do comércio externo, o que permitirá uma nova onda de exportação de mercadorias, desde bens de consumo até bens de capital para o Brasil, trazendo até nós os mais novos produtos da Terceira Revolução Industrial. Não há interesse, em largo sentido, para esses grandes capitais em investimentos diretos, associações e fusões e até mesmo, em alguns casos, na compra de grupos ou empresas. Dominam a tecnologia e não vão cedê-la simplesmente porque queremos. Em 1984, Funaro conheceu, nesse ponto, a recusa.

Uma segunda idéia é a privatização das estatais. De um lado, talvez possa haver algum setor (de preferência petróleo e minérios) para efetuar algum investimento. Mas, no limite, o que interessa é o outro lado, a liquidação do capital estatal — já derrotado — e, no desdobramento disso, exterminar o Estado desenvolvimentista. No mesmo movimento, uma terceira idéia: encaminhar a construção de um novo Estado, mais preocupado com os efeitos sociais da mundialização e com as mudanças do paradigma produtivo. Interessa mesmo aqui é um aparelho estatal que se preocupe com uma nova forma de relação com o setor privado. De um lado, que o Estado seja o menor possível e que seja ágil e que se preocupe decisivamente com educação, saúde, previdência, segurança, infra-estrutura, etc. Mas, para o indispensável êxito, descortina-se, inclusive, a perspectiva de relação mista, de privatização, sob a fiscalização do Estado. Ou seja, setores que sempre foram estatais serão passíveis de presença privada, com regulamentação pública. De outro lado, a harmonização geral da condução de proposições parciais macroeconômicas organizadas entre capital e trabalho com a participação do Estado, pelo menos num longo período de transição. Processo que mal se esboçou, muito timidamente, aliás — uma gota de água no oceano —, mas já começou, e cujo exemplo são as Câmaras Setoriais. Nelas, à moda da tábua redonda, tudo poderia ser discutido e decidido, de acordo com as forças sociais integrantes. Poderia valer para uma ampla gama de temas: mudanças tecnológicas, investimentos, nível de produção, produtividade, preços, taxa cambial, remuneração salarial, manutenção do emprego, etc. Isso implicaria uma fase diferente da intervenção do Estado. Capital e trabalho colaborariam, e o Governo faria a discriminação, a arbitragem em função do desenvolvimento do capital como um todo. Sairíamos, finalmente, da política econômica e social onisciente da época desenvolvimentista. **E o Estado passaria a ter o papel de coordenador, cuja expressão se daria numa política econômica e social articulada.** As diferenças, as discrepâncias, até mesmo as injustiças continuariam a existir, mas poderiam ser debatidas em fórum próprio. Com isso, a política não seria necessariamente ofensiva; até pelo contrário. Só que poderia, dado o quadro internacional, ser mais **prudentemente defensiva.** No momento, caoticamente, o Estado tem buscado recessão e reforma fiscal — para zerar o déficit, aliviar as empresas, destruir os capitais mais fracos e permitir a reconversão da estrutura produtiva brasileira na direção de uma nova estrutura mundial. Fica nítido um dos aspectos do horizonte que envolve o trajeto de Fernando Henrique: a criação de um Estado "social-democrata" de Terceiro Mundo a partir do caos do momento.

## 2.2 - A trajetória Hayek

Precisamos, porém, abrir um amplo espaço para discutirmos, com afiada atenção, as novas perspectivas para a área monetário-financeira. Há uma estratégia, de longo prazo, partindo das tendências da mundialização, que implica, neste circuito sensível, uma ampliação da liberdade de ação dos capitais. Significa que estamos num processo longo de concentração e centralização, mas também num processo de corrosão das soberanias nacionais, principalmente, como já dissemos, na questão da moeda. E isso em todo o Mundo. Porém os efeitos são mais contundentes em países não desenvolvidos. Carecemos, nesta parte da exposição, de desvendar um pouco mais o desenho desse movimento. Embora não sendo **Deus ex-machina**, o capital dos grandes países, as agências financeiras internacionais e os Estados-líderes **trabalham na construção de uma nova cena financeira**, que vai sendo tecida, pacientemente, como um manto indispensável à mundialização. O cassino pretende se expandir e aumentar o domínio de suas apostas.

Tudo começa pela desmontagem da unidade da moeda. O que ocorre é tanto uma explosão como uma implosão; os capitais de fora e de dentro lançam-se, com o beneplácito interessado do Estado, na aventura da inflação alta, até mesmo da hiperinflação. Estamos em pleno pacto pós-moderno, pós-Estado desenvolvimentista. Com isso, estabelece-se um longo e aflitivo tempo de desordem monetária. Como parte integrante das receitas ortodoxas da atual fase, dois componentes, personagens ativos, fazem-se, ou querem se fazer, presentes. De um lado, o tema da elevação da taxa de juros, sob o insistente pretexto de que a inflação é de demanda e tem que se inibir o consumo e tem que serem controlados os estoques das empresas. O resultado, quando o Estado está endividado, é grotesco, se não fosse trágico: mais dívidas para o Governo, mais inflação para o País e mais exuberância para os capitais aplicados nos mercados financeiros.

De outro lado, a criação de um movimento de independência para o Banco Central, que a cultura da inflação e da corrupção acaba por mostrar a sua necessidade mesmo àqueles que são ainda defensores do desenvolvimentismo. De qualquer modo, o Banco Central autônomo pode até ser um passo dispensável, embora fosse útil ao desenvolvimento financeiro do capital. Ele pode ser até dispensável, porque o objetivo mais amplo, o de estabilização (ao menos relativa, como na Argentina), encontra seu suporte não num Banco Central desse tipo, mas numa âncora cambial. No limite, na dolarização. Porém engana-se quem pensa que o objetivo final é esse, que não passa de uma etapa. O alvo principal, o grande filé, na verdade, o jantar e a sobremesa, está na desnacionalização da moeda.

A desnacionalização da moeda tem como meta a substituição do dinheiro público pelo dinheiro privado. Com isso, a soberania estatal, no controle monetário, seria atingida no seu eminente fulcro. Estaríamos em plena **desestatização do dinheiro, em plena privatização da moeda**. O que está na base do raciocínio: só a liberdade monetária asseguraria a possibilidade de uma moeda forte, já que, para tal, haveria uma competição das moedas privadas dos bancos nacionais e internacionais, com o público decidindo qual a preferida. Dessa forma, teríamos a inversão da Lei de Gresham: a moeda boa expulsaria a má, e o dragão inflacionário estaria vencido. Mas, atenção, essa contribuição do capital para a estabilização da moeda implica a eliminação do Banco Central. Por isso, compreende-se: Banco Central independente não passa de uma etapa até dispensável. Olhando bem, toda essa trajetória, na



verdade, ainda estratégica, está desenhada para o longo prazo da mundialização. O que significa um audacioso percurso na **erradicação definitiva do controle monetário aos Estados nacionais** e, obviamente, mais um estágio no processo de concentração e centralização dos capitais. A desnacionalização da moeda é a trajetória Hayek, que assim dizemos em homenagem ao autor dessa concepção.

Com essas observações, passamos a imaginar, um pouco *à la Spielberg*, o horizonte dessa nova cena monetária, que traz repercussões sobre a cena política, com a continuação da diminuição da soberania nacional e sua extensão sobre a moeda. A trajetória Hayek define uma das faces do horizonte de Fernando Henrique. A outra já vimos: a exigência de um novo Estado, ao qual chamamos Estado "social- democrata" do Terceiro Mundo. Estado a ser amparado pelo paradigma mecânico-eletrônico e pelo cassino de Keynes, na alça de mira da trajetória Hayek.

## 2.3 - A soberania nacional em movimento

### 2.3.1 - A presidência, o planetário político e o estadista

A escolha de um Ministro da Fazenda, hoje, significa trabalhar sobre a junção de duas funções desse Ministério: aquela de cuidar do "caixa", ou seja, das atividades correntes do controle monetário-financeiro do Governo e aquela de formular e executar uma política econômica, onde o curto prazo se alia ao longo, de tal maneira que os problemas da moeda, dos mercados financeiros, etc. se componham com as necessidades do investimento, da pesquisa tecnológica, das novas estruturas produtivas e financeiras de um país. Para exercer essas duas funções, o Ministro e o Estado devem ter condições políticas e econômicas, estruturais e conjunturais, para definir a nau e seu rumo. Caso contrário, as águas atravessam, inutilizando o comando e a nave capitã, bem como as lideradas caravelas.

Nesse caso, é preciso, também, para definir, com algum proveito, os contornos do lugar, a partir dos quais joga Fernando Henrique, dar uma olhada na arquitetônica do Estado nacional. Já tínhamos dito que ele estava como as Missões, em ruínas. O problema é saber quanto? E também saber os desdobramentos de tal acontecimento: quais as possibilidades desse Estado?

A História do Estado brasileiro, principalmente do Estado desenvolvimentista, foi um roteiro de crescimento material, caracterizado pela construção de órgãos e aparelhos e mesmo bancos e empresas com o objetivo de tornar disponível aos formuladores da política econômica e social um conjunto de instrumentos com a finalidade de permitir a execução de uma política proposta. Todo esse Leviatã era absolutamente indispensável, pois, dada a qualidade dos capitais nacionais — a fortaleza de um Estado nacional vinha bem —, se tratava de oferecer apoio infra-estrutural e produtivo à indústria em expansão, além de negociar a participação do capital internacional. Para que aquele apoio e esta participação fossem possíveis, o Brasil concebeu um Estado progressivamente forte. Sob o regime republicano, a Presidência seria contraditoriamente imperial e frágil. Imperial, porque o foco da política brasileira, baseado em personalidades, se concentra na Presidência, que, **teoricamente**, pode tudo, decide tudo; mas frágil, porque, dados um sistema político e uma sociedade em descompasso, o efeito é sempre um choque e, em muitos casos, um xeque-mate na

Presidência. Dizemos bem, o xadrez político brasileiro hoje se concentra num jogo de figuras políticas, grandes planetas do nosso sistema solar, que buscam o lugar central, a posição da Presidência, e que carregam, em torno de si, múltiplos e inúmeros satélites. Os partidos políticos concentram apenas os planetas e seus satélites, muitos dos quais passam a girar, em diversas ocasiões, na órbita de outros astros. Ficam as idéias, de acordo com a ideologia e o imaginário da população, para caça dos votos, como que a demonstrar que existem duas culturas florescendo sobre a política brasileira. Uma de elite, que serviu e serve para organizar e desenvolver o avanço do capitalismo a partir do Estado, e outra da população, que serviu e serve para demandar votos.

Então, a Presidência é sustentada, no jogo político, pela estrutura material do Estado e pelo rodízio de apoios das personagens políticas ao Presidente. Embora o primeiro seja sólido, o segundo é efêmero e evanescente, volátil — sempre em rotação. Foi por essa razão que a ditadura trouxe o Exército e os militares para a função de partido único, o que ocorreu nas "democraturas", como dizia o Músico Bruno Kiefer, espalhadas pela América Latina. Era a forma de sustentar um Estado de aço com pés de vidro, evitando a síncope continuada dos momentos de democracia. Principalmente, porque esse Estado era também expressão envergonhada dos capitais, que, a todo momento, se filiando à herança imperial, autocrática, desejavam a imediata solução de suas questões e, na negativa, se dessolidarizavam dos governos, sujeitos a praticar, volta e meia, a cultura da população para se manterem eleitoralmente. E sucumbiam ao desprezo e à deposição do poder, por afrontarem a cultura de elite. Como os partidos políticos tinham a estrutura que descrevemos e não incorporavam a população na nave de suas igrejas, só podia acontecer essa fenda, essa incendiante distância entre a política (e o poder) e a sua clientela, a desesperada população.

Débil, por todos os lados, na sua sustentação, poderosa pela força material do Estado, a Presidência resolve a **transformação do projeto nacional em política econômica e social, com a transferência parcial de seu poder ao Ministro da Fazenda**, ministro privilegiado da referida política. Há, portanto, um grau de intensa e íntima relação entre o Presidente e o Ministro, que pode se expressar numa tensão variável e com resultados diversos. Delfim, por exemplo, na época de Médici, colocou a presidência sob a hegemonia da Fazenda. Geisel, ao dividir o poder entre o Planejamento de Reis Veloso e a Fazenda de Simonsen, assenhorava-se de todas as grandes decisões políticas, além de centrar a definição da política no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Interessante, sob esse ângulo, foi a relação Collor—Zélia, que nos garante uma visibilidade crítica das relações da Presidência e do Ministério da Fazenda. Dada a crise que o país assolava, desde 1974, de modo incipiente e, desde 1983, de modo agudo, a necessidade do êxito econômico era uma meta indelével. Para alcançar tal objetivo, Collor, progressivamente, teve que ceder e aumentar o poder da Ministra, a tal ponto que começou a ameaçar seriamente o comando presidencial. Para que a política de Zélia pudesse dar certo, ela tinha que controlar, com proximidade e com dureza, o poder de diversos órgãos e ministérios. E, assim, arrastava para si as decisões do Governo.

Situado o centro de política econômica no Ministério da Fazenda, por delegação de poder vinda da Presidência da República, a herança de Itamar e de Fernando Henrique, com suas situações de contradição, complica-se com outros fenômenos, como a repartição da política entre o Planalto e o Congresso, oriunda da Constituição de 1988 (e aumentada com o "*impeachment* de Collor"), como o fluxo de comando e de políticas com origem na Fazenda, sem continuidade adequada no próprio e nos

demais ministérios, bem como nos órgãos subordinados. O Governo é um monstro disforme e fragmentado, que se move por grunhidos, por descompassos, por lentidão e por dispersão. Ou seja, a Presidência de Itamar e o Ministério de Fernando Henrique estão amarrados: (a) a uma política de personalidades flutuantes, voláteis, que não formam, através de seus partidos, um apoio constante e seguro; (b) a uma diminuição do poder imperial do Presidente da República, por uma presença forte do Congresso na aprovação de determinadas políticas; (c) a uma necessidade estrutural política de coordenar o projeto nacional, cuja condução cabe ao Presidente da República e a formulação e a execução da política econômica ao Ministério da Fazenda; (d) a uma estrutura material de Estado em desarrajo, com uma comunicação entre as áreas ministeriais e órgãos totalmente insuficiente, o que faz com que as decisões de política econômica e social sejam implantadas com significativas perdas e danos, quando implantadas.

Para os interesses imediatos deste artigo, vamos trabalhar, consistentemente, sobre os dois últimos pontos, em substância, problemáticos. Para que um país tenha projeto nacional, há que haver a hegemonia social de algumas idéias, hegemonia baseada em grupos e classes determinadas. E essa hegemonia se expressa sobre o Estado que empunha, com metas e sacrifícios, o referido projeto. Coordena a sua execução, com o maior descortino possível, o Presidente da República, que, para tal, precisa ter a estirpe de estadista. Coordenar, como se pode depreender, é saber articular a grande e a pequena política. A primeira faz-se com proposições universais, amplas, envolvendo o destino do país, o caminho a seguir, os obstáculos a vencer, a distribuição de metas, de benefícios e deveres, etc. A pequena política, por outro lado, baseia-se no tráfego cotidiano dos interesses imediatos e requer capacidade de discutir desde cargos e favores até questões e reivindicações, etc. É claro que tem o perfil de estadista aquele que é capaz de galvanizar a população, de negociar com as classes sociais, de conduzir, firmemente, o projeto às suas metas, articulando com a disputa dos partidos e parlamentares por postos e verbas, portanto, conectando a grande e a pequena política contra os adversários dos objetivos nacionais. Não necessariamente o Presidente sai de cena como um ator coroado; às vezes, a História lhe dá razão, outras não. São casos diferentes Juscelino e Getúlio, por exemplo, para que possamos entender o que está dito acima. Não necessariamente tem, desde sempre, o projeto a ser implantado; cabe a ele negociar, com toda a ênfase e habilidade, um acordo, ou pelo menos um desacordo viável, de classes, como foi o populismo de Vargas. Seja como for, são irmãos siameses o projeto e o estadista.

Hoje, no Brasil, o que está faltando, visível para qualquer cidadão, é exatamente essa combinação do projeto nacional e do estadista, porque, nos dias que correm, há um hiato entre o momento histórico da sociedade — o processo de mundialização — e a compreensão dos políticos desse momento. **É uma fatalidade que estes estejam aquém da História.** Basta ver o exemplo dos últimos Presidentes e da última safra de parlamentares. Poucos e raros estão sabendo o que está acontecendo e o que está em jogo. Os outros continuam com visões de um passado, de um tempo do Estado desenvolvimentista, que já acabou e foi embora. Agora é o momento de inserção do Brasil na economia mundial. E não, na volta ao Brasil autárquico. E para dizer de uma forma brutal, que não envolve tentativa de desmoralização, mas que leva em consideração os seus atos até agora, o Presidente Itamar é um grande tático, mas não está agraciado com o dom de estadista. Seu ziguezague no jogo político demonstra sua capacidade de desfazer as artimanhas da pequena arte, onde ele é soberbo. a escolha de Fernando Henrique, só pela escolha, pelo nome, é um exemplo. Itamar matou a

cobra e liquidou as vozes contra si. Ele é o exemplo da maioria dos políticos de hoje, sua preocupação altiva dá-se nos lances do tabuleiro das personalidades. Quanto ao projeto nacional, nada surge, fica apenas esse incomodo de não ter encontrado o futuro nas idéias de que dispõe. É que não percebem que a bala e o furo mudaram. E o Mundo também...

Dissemos, acima, que a escolha de Fernando Henrique, taticamente, por Itamar tenha sido soberba. E mais soberba, porque Fernando é dos poucos políticos que alcança a visão ampla, a visão estratégica. Sabe do que acontece. Sua posição de Chanceler, no próprio Governo Itamar, deu-lhe a amurada indispensável, o mirante devido, para perceber a dinâmica da sociedade mundializada. Tem idéia do que pode, ou não, fazer o Brasil, com intuições que serão afinadas tanto pela teoria quanto pela prática. No bojo de sua atuação, traz a possibilidade de articular a grande e a pequena política. Vai ter que trabalhar fortemente a relação com a Presidência, vai ter que acertar as contas com o Congresso e vai ter que definir políticas com a máquina estatal em desarranjo.

### 2.3.2 - A desconstrução do Estado desenvolvimentista

O Estado desenvolvimentista foi uma construção que se colocou, pela fortaleza, como a entidade-líder do processo econômico, político e social do País. Organizou dentro dele as representações das classes e acabou por privatizar as decisões do Estado em favor do capital. Ou seja, o capital nacional havia loteado esse estranho jardim, criando, além da ocupação, que foi de fato e quase de direito, um outro fenômeno, o da circulação e da solidariedade de uma burocracia, que Fernando Henrique conhece bem, já que chamou esse trânsito e essa fraternidade de "anéis burocráticos". Na desconstrução do Estado, com as pressões improrrogáveis dos capitais externo e interno, as formas de destruição do setor público passaram por dois aspectos: o autoprogramado, como os procedimentos da SEST e da privatização; e o irracional, causado pelo planejamento sem nexos e pela vontade de arrasar, como a desmontagem da administração e da função do servidor público.

Cabe, agora, explicitar a referida questão. As andanças da desconstrução, que é a eliminação do velho, sem ainda ter trazido o novo, passam por um caminho razoavelmente planejado. Os caminhos, ou os descaminhos, dessa desconstrução começaram com as horas amargas de Delfim Netto, do segundo Delfim, do Delfim do Figueiredo, quando o milagreiro de São Paulo optou por um processo de inversão na dívida externa. Ou seja, transformou, por um constrangimento de política econômica, o endividamento do setor privado em endividamento do setor público, principalmente das empresas produtivas estatais. **Foi o início do xeque-mate no capital estatal. Foi o princípio do fim do Estado desenvolvimentista.** Os capitais nacional e internacional privados ampararam-se para desferir esse golpe. Como desdobramento dessa ação, surgiu a disfarçada SEST, que, em nome do controle das estatais, foi minando os investimentos em tecnologia e equipamentos, em função do endividamento financeiro que Delfim tinha, exuberantemente, forçado. Seguiu-se uma longa trajetória de corte das solidariedades burocráticas entre as empresas produtivas do Estado e os órgãos e as agências do Governo. Até chegar ao tiro mortal: processo de privatização das estatais. Um demorado adeus.

Não podemos confundir a expressão "privatização do Estado" com "privatização das estatais", iniciada no Governo Collor e com os Ministros Zélia e Marcílio. A primeira expressa um fenômeno que se deu na trajetória do Estado desenvolvimentista. Foi o assento tomado pelo capital nos órgãos públicos, com a finalidade de controlar **as decisões**, em benefício do setor privado. Já a segunda tem um conteúdo um pouco diferente, **qualitativamente mortal**. Aqui se trata de transferir com "moedas podres" (uma metáfora e uma realidade) **a propriedade** do capital estatal para o capital particular, que é a forma de desvalorizar e destruir, definitivamente, o primeiro deles. Tudo em nome da chamada ineficiência do setor público.

É possível, tendo já examinado inclusive a trajetória Hayek, ver que poderá existir uma terceira etapa da privatização, uma nova privatização do Estado. Nela, o ponto culminante deverá ser a desnacionalização da moeda, quando o poder de emissão e de controle do dinheiro estaria fora do Estado. É claro que essa terceira privatização é apenas uma hipótese, uma conjuntura inscrita na tendência provocada pela mundialização.

É preciso salientar, no roteiro da desconstrução, um elemento importante: **a desorganização da infra-estrutura econômica**. Ela também ocorreu na segunda administração de Delfim Netto. Ao analisar, de forma equivocada, que o Brasil passaria naquela ocasião por um prolongado processo recessivo, com ampla desvalorização de capital, o Ministro travou o processo de investimento estatal, de tal modo que a referida infra-estrutura começou o seu itinerário de colapso. O caso mais evidente foi o da área energética. Foram essas decisões de política econômica do Ministro Delfim que destruíram as possibilidades de relançamento da economia brasileira e não, como apregoa sempre que pode, o Cruzado. Se não vejamos: o Cruzado criou uma enorme fonte de demanda, e as empresas deveriam responder, ao desafio, em duas etapas: a primeira, com ocupação da capacidade ociosa, de forma imediata; a segunda, com aumento do investimento privado, articulando o setor de bens de capital com os de bens de consumo duráveis e não duráveis, aumentando, assim, a capacidade produtiva do sistema. E o que o País e as empresas descobriram foi, então, que a infra-estrutura estava dizimada e não estava preparada para a expansão. Queríamos fazer a festa sem termos os banheiros, e já tinham nos tirado a casa.

Com essas afirmações, não estamos nos abstendo de efetuar críticas ao projeto de Funaro e sua equipe. Já as fizemos noutra lugar.<sup>3</sup> O que interessa aqui é a localização do ponto em que começa a derrocada do Estado desenvolvimentista, tanto na liquidação do capital estatal, ponto anterior de análise, quanto no desmantelamento da infra-estrutura. O fato transcendental está na necessidade do desaparecimento do referido Estado, por imperativo da mundialização e, ao mesmo tempo, por solidariedade do capital interno ao capital externo. A avaliação do empresariado nativo foi nítida: era preciso fortalecer a empresa doméstica e, para tal, absorver, de um lado, as estatais e, de outro, tentar um rearranjo na associação com o capital internacional. O que significaria uma acomodação econômica e tecnológica. Este último ponto não ocorreu, até agora pelo menos. O que faz evidente o caráter subordinado do capital nacional,

<sup>3</sup> SOUZA, Enéas Costa de (1988). Máquina social em tempos de transformação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 79-93.

passando, nesta etapa da economia mundial, por um grande momento de incerteza. Suas expectativas — diante do Estado em desconstrução e da impossibilidade econômica, financeira, comercial, organizacional e tecnológica de competição com os grandes capitais internacionais — são extremamente pessimista e de cautela. Ou seja, há um aguardo no que fazer, há uma atenção para o surgimento da possibilidade de **um lugar** na nova concorrência intercapitalista. Por isso, como moscas desesperadas, não encontraram uma saída e, agora, tentam urdir um consenso, ainda inexistente, em torno de uma política econômica defensiva.

O curioso, o profundamente curioso, é que, se a liquidação do capital estatal e de parte do Estado desenvolvimentista foi planejada, **o remodelamento da administração pública não teve a mesma inspiração**. E não teve a mesma inspiração, porque não havia, entre os capitais (com enormes divergências entre si) e no próprio Estado, uma apreensão do futuro deste, no que tange tanto à amplitude de atuação quanto às necessidades das estruturas materiais, do gerenciamento e das exigências de pessoal. Basta ver a demolição inominável e despropositada feita pelo Governo Collor. Se a liquidação do capital estatal, a deterioração da infra-estrutura, a falta de perspectiva histórica de administração pública não bastassem, **a chama que tornou o Estado desenvolvimentista uma grande fogueira foi a crise fiscal**, provocada por inúmeros fatores, mas cuja base notória foi o endividamento do Estado, esta prenda da ciranda dos títulos públicos. Talvez seja uma das últimas contribuições do Estado desenvolvimentista fornecer às grandes empresas financeiras a base de sua extraordinária expansão, através de aplicações sem risco, com rentabilidade garantida e elevada, e através do jogo dos títulos públicos. A contribuição para o desenvolvimento desse setor foi tão fantástica que a renda do mesmo passou de 5% a 18% do PIB em 20 anos.

Ironicamente, o desprezado, o rejeitado, o maculado Estado desenvolvimentista conseguiu um êxito extraordinário. No século da formação do capitalismo produtivo e financeiro, esse Estado acabou por liderar o desenvolvimento de uma estrutura econômica amplamente diversificada, com capitais produtivos de proporções razoáveis e com capitais financeiros extremamente ágeis e demasiado influentes por causa do Estado e do próprio sistema financeiro estatal. O que não conseguiu foi se preparar para um novo salto. E não foi possível por causa da incapacidade do próprio setor público, mas, principalmente, pela visão defensiva e divergente dos nossos capitais, aprisionados inclusive na sua ideologia liberal. Na verdade, o Estado foi deixando de lado a força de liderar. E, por isso, não sabia sequer como reformular suas estruturas. O que houve foi uma metamorfose, **uma passagem da liderança do Estado para o capital privado**, em termos de visão prospectiva; de direção a seguir; de conhecimento da realidade da economia mundial; das mudanças dos diversos paradigmas — produtivos, científico e tecnológico —; das novas formas de administração; etc. A desconstrução do Estado desenvolvimentista fez parte dessa passagem. Por isso, o Estado perdeu a história concreta e seu sentido. Mas a tragédia, dentro de um capitalismo nacional, é que só há universalidade no Estado, e, com essa passagem de liderança, os capitais sabem para onde o Mundo vai, mas não podem conduzir a Nação. Ou seja, o barco navega à deriva, no particularismo das visões empresariais. Certamente, depois de longa obstrução e desobstrução, surge a necessidade de organizar a floresta, a construção do novo Estado brasileiro. De fato, depois da casa destruída, falta a limpeza do terreno; só assim poderá aparecer a nova arquitetura. E será profundamente nova, pois, enquanto se destruía o Estado desenvolvimentista, avultou-se o processo de

mundialização; o que faz toda a diferença. Portanto, há que se transformarem novamente as ações em razões universais.

Cabe ainda expressar um ponto que pesou gravemente sobre a crise do Estado desenvolvimentista: a queda do socialismo real. Não há dúvida nenhuma de que o desaparecimento da União Soviética e do bloco do Leste foi um fator importante para a desconstrução do nosso principal ente público. A insuficiência do Estado soviético, na organização do desenvolvimento econômico e tecnológico, foi **ideologicamente transferida para a realidade material do Estado desenvolvimentista**. Isso quer dizer que se identificou a condução estatal do Terceiro Mundo com a do Estado soviético. Por semelhança e analogia, igualaram-se ambos. E, se lá tinha sido ineficiente, por identidade, aqui também. Abriu-se, assim, uma fenda impossível de ser fechada. Não havia sutura capaz de colocar os pedaços em ordem. Dessa forma, tudo se conjugou num crescendo: crise das estatais, desorganização da infra-estrutura, crise fiscal, transferência ideológica da ineficiência do Estado soviético para a desestruturação do Estado brasileiro. Conhecemos, assim, como uma sociedade e o capitalismo mudam a sua antiga pele, a sua pretérita vestimenta.

Logo, Fernando Henrique, como Ministro da Fazenda, pilota a economia de uma nave, o Estado, em total desintegração. Do déficit fiscal às estruturas materiais, tudo é adversidade, as barreiras vicejam por toda a parte. Além disso, os funcionários públicos, dominados por intenso, diversificado e desagregador corporativismo, estão combalidos pela ausência de uma política governamental específica para o servidor público, desde o salário até a qualidade do trabalho. E, com exceção de um ou outro lugar da Administração Federal, o novo nem sequer está vislumbrado, muito menos está em pauta. O que só faz aumentar os obstáculos a qualquer ação do Ministro.

### 2.3.3 - O espaço da política econômica

Durante os últimos anos, mais precisamente depois de Funaro, a política econômica e social teve uma parada, teve um recuo. Passou de uma política desenvolvimentista para uma defensiva, que se encolhia para as áreas monetário-financeira e cambial, logo, uma política reduzida. A primeira, ao contrário, tem conteúdos amplos, pois trata de política industrial, política agrícola, política fiscal, política monetária, política de salários, política financeira, política cambial, política de infra-estrutura, política educacional, política previdenciária, política de saúde, etc. Enfim, ela é a materialização da visão de um projeto nacional. Quando uma política econômica e social, ordenação da sociedade, se encurta, é simplesmente porque não sabe e/ou não pode fazer o que pretende. Por isso, contrai-se e fica tímida. É o que acontece atualmente no Brasil. Um exemplo dessa redução está na administração monetária. Por todas as razões que já dissemos, a moeda partiu-se, e perdemos a função "reserva de valor", o que faz com que qualquer política tenha que levar em conta essa incapacidade atual do cruzeiro. Assim, **a falta de domínio e de controle da moeda, além de afetar a soberania do Estado, torna-se um empecilho vivo à formulação de uma política econômica ampla.**

A moeda está expressando um segredo a céu aberto: uma política econômica de desenvolvimento não é possível. Estruturalmente, temos outros aspectos, já falados, e que também suportam essa idéia: a desintegração do funcionamento do setor público, o colapso das empresas produtivas do Estado, o desmancho progressivo da infra-es-

trutura, e, principalmente, estes dois itens: a incapacidade do orçamento de atentar para o financiamento público e a desapareição das instituições financeiras estatais do financiamento ao investimento. Ou seja, o ponto nevrálgico está nesta passagem: enquanto não se recompor a capacidade de financiamento do Estado, nada será possível em termos de desenvolvimento, pois a falta de recursos públicos para financiar o longo prazo cinde esse do curto prazo. Ou seja, enquanto o primeiro for um alvo cheio de sombras e trevas, a política econômica estará limitada ao segundo. Só com a união do curto ao longo prazo, com este dando a direção àquele, é que haverá uma política econômica ampla, expansiva, exuberante e de restabelecimento do desenvolvimento econômico e social.

Por isso, é preciso dizer, de maneira brutal e incisiva, **DA IMPOSSIBILIDADE ATUAL DE FAZER POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL**. E Fernando Henrique sabe disso. Com efeito, estamos vivendo no hiato, no intervalo, entre a destruição e a precariedade, sempre com a esperança de um porvir que não vem. E tudo por quê? Há, no momento, além desses itens que mostram um espaço mínimo para a política econômica e social — um espaço quase nenhum —, um domínio de grupos sociais cuja pretensão é exatamente esta, o congelamento da mudança e o apoio despudorado a uma festa inflacionária. Digamos que não há preocupações de atacar os problemas que impedem as alterações. Partindo de uma avaliação nítida de sua fraqueza, os capitais produtivos e financeiros nacionais aproveitam a inflação como forma competitiva e de transferência de renda. Sabem, inclusive, da impossibilidade de reação dos trabalhadores, derrotados **ideologicamente**, com o socialismo real; **politicamente**, com aglutinação quase monolítica dos capitais desde 1964; **economicamente**, com a recessão e as mudanças tecnológicas do novo paradigma produtivo, etc. E, por essa razão, mesmo sofrendo contradições entre si, os capitais mantêm um processo de espera que se baseia em dois pontos: destruição do Estado desenvolvimentista e ciranda financeira para fortalecer a sua capitalização. Processo de espera que visa perceber, negociar e vislumbrar um lugar nesse processo da economia mundial. Enquanto ele não aparecer e formos passivos, não haverá sinal para o alargamento do espaço da política econômica e social. Estaremos, até lá, vivendo essa impossibilidade, pois, se a mundialização nos causa uma diminuição na soberania, via estilçamento da moeda, os capitais, os grupos internos, a sociedade ainda não saíram em busca de sua restituição. Brincam como **Os cegos** de Bruegel.

### 3 - Fernando Henrique nas veredas do Grande Sertão

Diante do mal-estar da sociedade brasileira, averiguando os contornos de sua situação, a proposta política de Fernando Henrique parte desse volume inacreditável de contradições e problemas. Parte dos efeitos da mundialização, parte da avassaladora destruição do Estado desenvolvimentista, parte da progressiva perda de soberania do Estado, parte dessa impossibilidade de fazer política econômica e parte, até mesmo, dessa pouca propensão da Presidência para a estratégia. Ou seja, Fernando Henrique sabe, com coragem, humildade e pretensão, que sua trajetória se fará no terreno minado do deserto, onde nada frutifica. Está de olho numa travessia cujo principal obstáculo é um avantajado nó, onde está cativa a aglutinação de forças capazes de transformarem a sociedade brasileira. Cativa quer dizer aprisionada, portanto, funcionando como entrave. Por isso, o **grande lance de Fernando Henrique, em termos**



**de economia, foi a saída política.** Sua única chance vem da saliva, da palavra e de reuniões. Sabe que terá que fazer tantas até cansar a inutilidade. Terá que infiltrar, nos corações cínicos, algo que os mova, algo que faça com que a sua cobiça os leve à ação. Num momento ignorado, o nó, o poderoso nó, mexer-se-á. Será nesse momento, nesse único momento, a hora e a vez de Fernando Henrique. Chegará ele até essa oportunidade?

Caminhando nesse pântano do nada, que é uma definição pouco exagerada de sua situação, o Ministro da Fazenda tem uma estratégia implícita que envolve o conhecimento teórico e prático do que dissemos. Sua passagem pela Chancelaria só lhe deu forças para saber a trajetória a ser cumprida, as veredas pelas quais deve passar, visando reorganizar esse grande sertão em que nós vivemos. É nesse ponto que entra o Programa de Ação Imediata, cuja direção passamos agora a interpretar.

### 3.1 - A estratégia de Fernando Henrique

Tentaremos alinhar as idéias implícitas do Ministro, mesmo porque ele não tem uma estratégia minuciosamente regrada. O que há pode se configurar, eufemisticamente, como um esboço, como uma visão, como uma perspectiva. O que está claro é que existe um ponto central organizando a estratégia e os movimentos táticos: a inserção do Brasil na economia mundial.

Entre parênteses, precisamos comentar que o Ministro joga, nessa sua passagem pela Fazenda, o próprio futuro político, o que dá a seus lances o caráter ambíguo de tocado pelo interesse público e tocado pelo interesse privado. O problema será sempre resolvido, se o primeiro se apresentar como o fundamental. E como todo o seu trabalho é aglutinar, em torno de sua estratégia e de seus atos, o maior número de políticos, empresários, trabalhadores, etc., para que, acumulando forças, possa reverter a impossibilidade de fazer política econômica e social, naturalmente, seus possíveis adversários — já que o Ministro pretende a Presidência — estarão torpedeando e bombardeando o seu caminho. Ele está na estrada das tormentas. Bombas e chuvas, ataques e surpresas, a todo ingrato momento. De qualquer forma, a possibilidade de sua candidatura coloca um *timing* e um limite à sua estratégia. Ou seja, terá que mostrar a que veio até abril, e essa data nos indica que o Ministro só poderá fornecer, quando muito, o aperitivo, a introdução dessa estratégia.

Fernando Henrique jogou, com astúcia, o seu primeiro lance de dados, aposta cheia de ardil. Se o seu lugar está arrasado, é preciso tentar reconstruí-lo e postar-se logo claramente, saber, de imediato, em quem vai se apoiar e contra quem vai atacar. Essa a primeira chave de sua estratégia. E há indícios luminosos de sua escolha. Coloca-se, antes de mais nada, ousadamente, como cavaleiro das forças privadas, dos capitais e da população. Habilmente, não tocou nos empresários, já que jogou todo o seu primeiro movimento em cima do alquebrado, desengonçado, mas ainda forte, Estado nacional. Com essa opção, tornou-se, antes de tudo, aplaudido pelo setor empresarial, que deseja a total desconstrução do mesmo (o plano de privatização continua, portanto). Aplaudido aqui quer dizer mais que apoiado, quer dizer apoiado com ênfase, já que os arautos do setor, a mídia, estará fazendo dele o seu homem em Havana. Essa jogada tem a sua astúcia, faz da área política o cenário de combate. Ou seja, há apenas uma frente de batalha, e uma frente que Fernando Henrique conhece e que, inclusive, tem que vencer para tornar-se candidato e possível Presidente.

A jogada é hábil. Se perder, passará para o setor privado e, quem sabe, para a população como vítima do sistema político. Dependendo do grau, poderá aspirar ao

retorno da oportunidade, via uma nova chance através das eleições. Se ganhar, a trajetória será fulminante, ninguém deterá a sua ascensão.

Porém, em termos de política econômica e social, o que está em jogo é o seguinte: dada a impossibilidade de fazer uma política, o que é indispensável passa pela arrumação da casa, pela busca de reconstrução do Estado. Organiza-se a partir do apoio do setor privado e da população em geral e ataca, com força, em planos distintos, as diversas áreas políticas (o Congresso, os Governadores, os Prefeitos, os diretores e os funcionários das estatais, os funcionários públicos, os Ministros). Atua contra os políticos e contra um tipo de burocracia, sem difamar a política, o Estado e os próprios políticos. Bela e corajosa estratégia. Fazem parte dela movimentos táticos caso a caso, veredas, para que o Ministro se isole contra movimentos de solidariedade dessa área, fortalecendo grupos que possam abatê-lo. É um jogo difícil, onde a matreirice terá de guiá-lo, pois não pode ter nunca nem triunfos nem derrotas espetaculares, apenas acordos e desacordos momentâneos, cedendo aqui para ganhar ali. A visibilidade dessa estratégia e do seu sucesso só pode se fazer lentamente, o que poderá exasperar algumas áreas de apoio, já que, no Brasil, a tradição imperial e autocrática adoraria que as coisas fossem feitas instantaneamente, por pensamento mágico.

O objetivo de concentrar sua ação no Estado tem a meta precisa: reconstruir um instrumento, para poder coordenar a ação da sociedade numa segunda oportunidade. Para tal, é preciso, dentre outros:

- 1º) fazer um ajuste fiscal de emergência e preparar uma moderna reforma fiscal;
- 2º) fazer um orçamento realista para 1994;
- 3º) fazer uma reorganização das relações do estado nacional e dos estados regionais;
- 4º) fazer um processo transparente de privatização das estatais, ao mesmo tempo em que definir quais delas serão mantidas como estratégicas;
- 5º) fazer uma reordenação nos gastos e nas programações dos ministérios, inclusive dando hierarquia estratégica a eles;
- 6º) fazer uma nova reordenação do sistema financeiro, reposicionando os bancos estaduais e os bancos de desenvolvimento;
- 7º) fazer uma reorganização da capacidade de fiscalização do Estado;
- 8º) traçar uma estratégia para a reforma administrativa do Estado;
- 9º) traçar uma política para a revisão constitucional, etc.

Está lotada essa agenda; só que ela é indispensável e coloca o objetivo central da estratégia: **resgatar o poder do Estado de fazer política econômica. (E resgatar também a imagem do político, por consequência e pelo exemplo)**. É o primeiro e indispensável passo<sup>4</sup>. Por isso, fogo cerrado no setor público. Mas, ao mesmo tempo

<sup>4</sup> Há nesse passo, trabalhando concomitantemente, uma outra ambição poderosa: deslocar o Ministro da Fazenda, que, hoje sendo "caixa", é também formulador de toda política econômica social. Na visão, implícita e explícita, de Fernando Henrique, o Presidente deve materializar a condução do projeto nacional, todos os ministros definirem os programas e metas das políticas setoriais, e o Ministro da Fazenda regular o "caixa", isto é, o nível monetário-financeiro-cambial da economia. A união dos curto e longo prazos caberia num acerto do Planejamento e da Fazenda. Quem olhar e ouvir bem sabe que há uma profunda reforma em marcha.

Há que se organizarem a estratégia e a tática, mas há também que se reorganizar, dentro delas, a cúpula governamental. A partir daí, poderão desenrolar-se as alterações administrativas, ao longo do tempo, tanto nas estruturas materiais quanto nos recursos humanos.

que faz esse exercício de artilharia, arma-se com o setor privado. Amealha, concentra e aglutina forças. Com que objetivo? Prepara um segundo momento, quando a desconstrução do Estado estiver terminada e as bases de reconstrução prontas, haverá novamente espaço para uma política econômica e social. O centro dela é óbvio: inserção do Brasil na economia mundial, com os efeitos que a mundialização já está produzindo. Até lá, Fernando Henrique estará na arena, como um gladiador experiente e de largo tirocinio, o que não lhe garante nenhum ponto para o seu sucesso. Saliva, palavra e reuniões, já dissemos, serão os instrumentos companheiros dessa jornada, além de uma solidão incontida, para que nenhum pensamento de sua tática vazze, pois aparece como aqueles personagens de certos filmes americanos: o homem contra o Mundo; aqui, o homem contra o seu país. Na verdade, o que acontece é que este é um dos raros momentos da História, onde as forças sociais constroem (melhor aqui, destroem) um cenário para que um homem possa dar seqüência ao destino de um povo. Destino individual e destino coletivo, presentes neste lance de dados. De qualquer modo, perdendo ou ganhando, Fernando Henrique está à altura da História. Mas não esqueçamos a presença quase imbatível do grande sertão.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Artigo concluído em 30 de junho de 1993